

Pesquisar (n)o crime: a transformação das dificuldades pragmáticas em prazer analítico

Karina Biondi

Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v26i1p294-308

resumo Fazer pesquisa junto a pessoas que se dedicam a atividades criminosas tem certas particularidades e impõe algumas dificuldades. Neste artigo, abordarei duas delas a partir de situações vivenciadas em campo, a primeira relacionada com os riscos envolvidos na vida (e na pesquisa) do crime e a segunda, com minha condição de mulher pesquisando um universo povoado em grande parte por homens. No decorrer da exposição, apresentarei desafios, dilemas, reflexões, escolhas e tratamentos oferecidos em cada uma delas. Como espero deixar claro no decorrer do artigo, adversidades, situações de risco e percalços envolvendo relações de gênero podem, para além da produção de constatações ou de denúncias, dizer muito sobre as questões formuladas pelos interlocutores e os métodos que acionam para enfrentá-las, trazendo rendimentos analíticos importantes para a pesquisa.

palavras-chave métodos; crime; trabalho de campo.

Research in/with crime: transforming pragmatic difficulties in analytical pleasure

abstract Doing research with people engaged in criminal activities has certain peculiarities and imposes some difficulties. In this article, I will approach two of them from situations experienced in my fieldwork research. The first is related to the risks involved in life (and research) in crime, and the second is related to my status as a woman researching a universe largely populated by men. Throughout the exhibition, I will present challenges, dilemmas, reflections, choices and treatments offered in each one of them. As I hope to make clear in the course of the article, adversities, situations of risk and mishaps involving gender relations can, in addition to the production of findings or denunciations, say a lot about the questions formulated by the interlocutors and the methods that trigger them to deal with them, bringing important analytical returns to the research.

keywords method; crime; fieldwork research

Introdução*

Há mais de 10 anos, venho trabalhando com as temáticas da prisão e das formações criminosas. Como desenvolvi minha pesquisa em São Paulo, fui levada a focar minha atenção no Primeiro Comando da Capital (PCC), uma força hegemônica no crime paulista. Originado no interior das prisões paulistas no início da década de 1990, o PCC hoje está presente não só na grande maioria das prisões e zonas urbanas de São Paulo como também em outros Estados brasileiros. Em São Paulo, seu crescimento foi acompanhado pela queda acentuada dos homicídios, não só percebida por presos e moradores das regiões que eram consideradas mais violentas, como também mensurada por índices oficiais¹.

Os pesquisadores que se dedicam aos temas da violência, prisão e crime, no geral, e do PCC, em particular, se diferenciam por suas posições éticas, metodológicas, analíticas e epistemológicas. Um dos eixos nos quais esses trabalhos se distribuem tem, em uma de suas pontas, uma perspectiva que postula o PCC como problema de segurança pública, uma ameaça ao Estado Democrático de Direito e cuja abordagem está preocupada com sua morfologia, geralmente considerada análoga ao próprio Estado, ou a um dever-ser do Estado Democrático de Direito (ADORNO; SALLA, 2007; CANO; ALVADIA, 2008; CARNEIRO, 2010; DIAS, 2011; KING; VALENSIA, 2014; LESSING, 2014; MANSO, 2012; WILLIS, 2015). Próxima analítica e epistemologicamente das investigações policiais, essa é a perspectiva hegemônica sobre o PCC, presente também nos discursos da mídia e da opinião pública. Na outra ponta desse eixo encontra-se uma perspectiva preocupada em ouvir o que os próprios participantes do PCC têm a dizer, suas reflexões, os problemas que levantam e a forma como buscam solucioná-los. Os trabalhos que se aproximam dessa ponta do eixo, em sua maioria de fundo etnográfico, geralmente traçam diálogos com abordagens contra-hegemônicas nas ciências humanas (BOLDRIN, 2017; FERRAZ DE LIMA, 2015; GODOI, 2015; HIRATA, 2010; MALLART, 2014; MARQUES, 2014; TELLES; HIRATA, 2010). É desse eixo que meu trabalho tenta se aproximar, por meio de um esforço etnográfico oriundo de trabalho de campo em meio à *malandragem*².

*Este artigo foi escrito a partir de duas apresentações realizadas no ano de 2017, a primeira no Seminário Gênero e Territórios de Fronteira organizado por José Miguel Nieto Olivarna Unicamp, e a segunda no evento Sexta do Mês, na USP. Agradeço aos organizadores de ambos os eventos, bem como aos colegas de mesa e ao público presente pelos comentários inspiradores.

¹ Para se ter uma ideia, em São Paulo, em 1999 foram registrados 117 mortes em uma população de pouco mais de 50 mil presos, enquanto em 2016 foram 14 homicídios dentre mais de 230 mil presos. Em seguida, com a expansão do PCC para territórios extramuros, houve também um declínio acentuado no número de homicídios em todo o Estado de São Paulo (de 123 homicídios a cada 100.000 habitantes em 2001 para 16 a cada 100.000 habitantes em 2014).

² As palavras grafadas em itálico correspondem a termos e expressões utilizadas pelas pessoas

Entretanto, fazer pesquisa junto a pessoas que se dedicavam a atividades criminosas tem certas particularidades e impõe algumas dificuldades. Neste artigo, abordarei duas delas a partir de situações vivenciadas em campo, a primeira relacionada com os riscos envolvidos na vida (e na pesquisa) do *crime*³ e a segunda, com minha condição de mulher pesquisando um universo povoado em grande parte por homens. No decorrer da exposição, apresentarei desafios, dilemas, reflexões, escolhas e tratamentos oferecidos em cada uma delas. Como espero deixar claro no decorrer do artigo, adversidades, situações de risco e percalços envolvendo relações de gênero podem, para além da produção de constatações ou de denúncias, dizer muito sobre as questões formuladas pelos interlocutores e os métodos que acionam para enfrentá-las, trazendo rendimentos analíticos importantes para a pesquisa.

Vida e morte

Por vários motivos, todos alheios à minha vontade, minha pesquisa de doutorado (BIONDI, 2014) não foi realizada de acordo com os modelos consagrados de trabalho de campo, marcados pelo que Stocking (1992) chamou de “arquetipo malinowskiano”. Em primeiro lugar, porque minha proposta era realizar pesquisa de campo junto a pessoas que se dedicavam a atividades criminosas. O consequente e sempre iminente risco de prisão faz com que os *malandros* tenham muita cautela na escolha das pessoas com quem se relacionam; suspeitas e desconfianças são lançadas sobre tudo e todos, principalmente sobre pessoas desconhecidas (sob esse prisma, todas potenciais policiais ou informantes infiltrados). A maneira como buscavam driblar o risco de prisão colocava minha vida em risco. Afinal, se, como dizem, “hoje em dia, por causa do PCC, não se mata mais na quebrada”, isso não vale para as relações entre *ladrões* e policiais. Assim, eu nunca poderia, por exemplo, simplesmente me mudar para a *quebrada* e anunciar que estava lá para estudar o PCC. Era preciso, antes, estabelecer contatos, conhecer os membros do PCC que transitavam pela região, fortalecer algumas relações, me tornar paulatinamente conhecida por lá e, principalmente, conquistar alguma confiança deles.

Mas isso trazia algumas questões adicionais. O primeiro é que o PCC não é muito visível nas *quebradas*. Seus integrantes, chamados de *irmãos*, são muito discretos e raramente os moradores das *quebradas* sabem exatamente quem é

junto as quais realizei minha pesquisa.

³Crime, aqui, não coincide com sua concepção tradicional, que o define como uma transgressão da lei. Diferentemente, dentre as pessoas junto às quais realizei minha pesquisa, não basta transgredir a lei para ser considerado do crime, ao mesmo tempo em que para sê-lo, não é necessário ter transgredido lei alguma.

irmão e quem não é⁴. Além disso, várias situações me impeliram a transitar por diversas regiões de São Paulo, tentando perseguir o meu tema de pesquisa: tive dificuldade de encontrar antigos conhecidos (muitos deles estavam presos à época e outros faleceram); gastei mais tempo do que imaginava para adquirir alguma confiança das pessoas que transitam no crime; algumas vezes, quando eu finalmente conseguia, essas pessoas eram presas; outras vezes, o *ritmo da quebrada* mudava drasticamente a ponto de sugerirem que aquele não seria o melhor momento para realizar minha pesquisa.

Uma situação exemplar dessas condições de pesquisa ocorreu na Vila Timbre⁵. Eu já frequentava aquela *quebrada* há seis meses. Nos últimos dois, eu passava de dois a três dias por semana lá. Me tornara relativamente familiar aos moradores e também aos *malandros*. Mas era com um deles – que vou chamar aqui de Jair – que eu tinha mais proximidade. Tinha estabelecido uma relação de confiança com Jair e já estava acertando os detalhes para minha mudança definitiva para a *quebrada*, a região onde eu residiria alguns meses para a realização da pesquisa. Como de costume, me dirigi à *quebrada* e fui à casa de Virgínia, uma antiga conhecida que me recebia em sua casa em todo esse período que, na época, eu concebia como pré-campo. Chegando lá, ela me abraçou, aflita:

- Karina, você não sabe, o Jair morreu.
- Morreu? Como assim? O que aconteceu?
- Ele sumiu, mas pelo que ele aprontou domingo, com certeza ele morreu. Fiquei sabendo que ele foi pra um debate e depois disso, todo mundo pra quem pergunto sobre ele desconversa.
- Mas o que ele fez de tão grave?
- Ele se desentendeu com os outros irmãos. Estavam lá nos predinhos. Daí ele colocou a cabeça pra fora da janela e deu dois tiros pro alto.

⁴ Essa estética do PCC difere acentuadamente da estética dos comandos cariocas (Grillo, 2013). Embora, como enfatizam Hirata e Grillo (2017), tanto as biqueiras em São Paulo quanto as bocas de fumo no Rio de Janeiro sejam facilmente identificáveis (2017, p.80), a relação dos comandos com o comércio de drogas apresenta muitas diferenças. Segundo os autores, “a estrutura organizacional do [PCC] distingue-se das facções cariocas, na medida em que não corresponde diretamente às hierarquias empresariais do tráfico” (2017, p.86). Assim, se no Rio de Janeiro “todos aqueles que trabalham em uma ‘boca de fumo’ automaticamente ‘fazem parte’ de uma facção e podem ostentar esse pertencimento” (2017, p.85), em São Paulo os trabalhadores das biqueiras não são necessariamente integrantes do PCC (Malvasi, 2012).

⁵ Visando garantir o anonimato das pessoas que depositaram sua confiança em mim ao colaborar para minha pesquisa, tanto os nomes dos bairros quanto das pessoas foram modificados.

- Tiro?
- Tiro, menina, tiro. Você sabe, não pode nem andar armado assim, imagina soltar tiro! O pior ainda foi depois.
- O que houve?
- Depois que ele soltou os dois tiros, ele gritou: ‘atenção, população: a opressão acabou. O Jair tá aqui!’. Como pode? No desbaratino, ele falou que os irmãos estavam oprimindo a população. Isso é grave!
- E o que levou ele a dizer isso, Virgínia?
- Ninguém sabe direito. Cada um fala uma coisa. Mas depois os caras chamaram um debate e pediram cobrança à altura. Com certeza, ele morreu.

O que Virgínia, que já transitara *no crime* há mais de duas décadas, me informara ao dizer que pediram “cobrança à altura” é que se Jair chamou os *irmãos* de opressores, estava também chamando-os de *coisa*. Coisa é o termo que usam para designar as pessoas que não andam *pelo certo*, não andam *na ética do Comando*. No caso específico, isso tinha a ver com uma das principais políticas do PCC: a *igualdade*. Opressores não são bem vistos, assim como aqueles que se deixam oprimir, que se submetem a relações de mando e obediência. Esse tipo de prática é associada aos membros de outras facções e aos agentes da segurança pública: ambos denominados *coisa*. Como sugeri acima, o destino dos *coisa*, muito facilmente é a morte. Quer dizer, se Jair acusou os outros *irmãos* de serem opressores, estava qualificando-os como *coisa* e, dessa forma, colocando a vida deles na berlinda. Diante disso, os *irmãos* chamaram um *debate*, no qual decidiriam se Jair receberia uma *cobrança à altura*, o que corresponderia à morte daquele que, no limite, sugeriu a morte deles.

Permaneci na *quebrada*, tentando ter notícias de Jair. As pessoas para as quais eu perguntava desconversavam ou, simplesmente, fechavam a cara e viravam as costas. Tendo em vista minha proximidade com Jair e informada de que ele havia feito algo tão grave que teria custado sua vida, avalei que seria mais prudente adiar minha mudança e, conseqüentemente, o que eu considerava o início efetivo de minha pesquisa de campo. Situações como essa, no entanto, se repetiram e me levaram a buscar outras regiões onde eu pudesse realizar a pesquisa, o que implicava recomeçar as negociações e os investimentos em conquistar a confiança das pessoas sobre cujas vidas eu pretendia escrever.

Mas durante a escrita eu percebi que situações como essa ofereciam vários elementos que compunham as dinâmicas do PCC. Isso ocorreu quando passei a dar mais atenção à maneira como, ainda que raramente, os meus interlocutores chamam o PCC: *Movimento*. Mas essa percepção veio principalmente quando me dei conta de que, inclusive nessas situações (quando eu pensava estar apenas negociando um trabalho de campo ainda a se iniciar), eu estava,

como eles, no interior do Movimento. Afinal, as avaliações que me levaram a achar mais prudente adiar a pesquisa tinham como base as próprias dinâmicas do PCC, os próprios movimentos que compõem o PCC.

De maneira resumida e geral, o movimento se caracteriza, por um lado, pela ausência de delimitações temporais, de contornos espaciais, de limite quanto ao que pode compô-lo e, por outro, por ser fugidio a qualquer tentativa de totalização e por ser composto por inúmeros outros movimentos. Ao me movimentar em seu interior, pude vê-lo não como uma série de acontecimentos desconexos ou como uma totalidade repleta de contradições, lacunas e inconsistências, mas como o resultado de uma maneira singular de conceber o mundo. Na verdade, meu salto para o interior do *movimento* não foi planejado ou calculado. Eu só percebi estar instalada no interior desse *movimento* quando da escrita. Retrospectivamente, vi que aquela posição não implicava ser algo, não remetia a uma espécie de identidade. Eu permanecia uma diferença, alguém que, embora no *movimento*, viera de fora. Ali, eu não via exatamente o que os *malandros* viam, mas podia ver as coisas da forma como eles viam. Aquela posição permitiu que eu passasse a me empenhar a descrever não mais fragmentos, mas conexões, ora estabelecidas por mim, ora acionadas por eles.

Como detalho em outro lugar (BIONDI, 2018), do interior do *movimento*, vi que o PCC não só comporta como também é constituído por vários movimentos que apresentam diversas formas, calibres, velocidades e rumos. Pessoas, *situações*, telefones, relações afetivas, *lutas*, vidas, mortes, *quebradas*, transações comerciais, não há restrições quanto ao que pode compor os movimentos. Mas entre tudo o que pode se movimentar, há um elemento invariavelmente presente: as *ideias*. Elas chegam a se confundir com o movimento. A diferença entre eles é que o movimento é a *ideia* somada a tudo o que ela mobiliza, permite ou com o que a ela se acopla. Se, invariavelmente, os elementos moventes vêm acompanhados das *ideias*, elas são constantemente criadas, produzidas e mobilizadas pelos *ladrões* a fim de manter, nutrir, conduzir, fortalecer, propagar, alterar os movimentos.

Na *malandragem*, a noção de *ideia* nada tem a ver com pensamento, formulação ou invenção. Somente quando se tornam manifestas, elas passam a ganhar existência e apenas quando se desprendem de seus locutores e tomam rumos diversos aos deles (quando se tornam movimentos), as *ideias* passam a ter importância para os *malandros*. Em outras palavras, elas só existem quando em fluxo pelo mundo, quando compartilhadas. Nesse ponto, elas passam a ser, ao mesmo tempo, centros de convergência de forças que disputam seus rumos e as fontes que oferecem direção e conferem atributos aos movimentos. Desse modo, elas assumem uma existência própria: sem deixar de ser resultado das forças que incidem sobre elas, são também capazes de constringer essas forças.

Além disso, se por um lado as *ideias* não têm vínculos profundos com seus

locutores, por outro, elas se vinculam a todo e qualquer um que as manifesta. Ao invés da noção de autoria, as *ideias* são acompanhadas por uma noção de responsabilidade. Isso porque cada um que as *repercut*e as mantém vivas e, com isso, se torna responsável por elas.

O foco nas *ideias* evidenciou os esforços dos *ladrões* na sua condução. Depois de lançada, a *ideia repercut*e quando a malandragem a *abraça* e a manifesta. Para que ela permaneça viva, é necessário fortalecê-la, ou seja, fazê-la *repercutir*. Por outro lado, há formas de desativar *ideias* (colocando-as *no gelo*), fazê-las desaparecer (*enterrando-as*) ou, simplesmente, empenhando-se para que ela deixe de *repercutir*. Nesse sentido, nenhuma *ideia* sobrevive por inércia.

E nesse ponto eu retomo o caso de Jair.

No final do dia seguinte, Jair apareceu na casa de Virgínia. Ele estava visivelmente – e declaradamente – sob efeito de muita cocaína. Disse que havia saído vitorioso de um *debate*⁶, mas que mais tarde me contaria o que havia acontecido, pois precisava antes resolver algumas *fitas*. Ele não voltou mais.

Por mais que eu quisesse saber dos detalhes sobre o que ocorrera nos predinhos, sobre o paradeiro de Jair, sobre o *debate* que ocorrera, justamente minha posição no interior do movimento me levava a cálculos com relação às *ideias* que eu poderia acionar, *repercutir* ou *desenterrar*. Até hoje não sei os detalhes sobre o que ocorreu naqueles dias. Mas sei que uma *ideia* foi *debatida*, que forças incidiram para definir sua condução. Sei também que ela pode ter tomado algum rumo específico, que pode ter sido *enterrada*, pode ter sido *colocada no gelo* ou, ainda, morrido. Quer dizer, se Jair não havia morrido, havia alguma chance de que a *ideia* que envolvia sua morte o tenha. Perguntar sobre o que ocorrera – uma simples pergunta – poderia ser suficiente para que uma *ideia* seja *desenterrada*. Consciente disso, se a *ideia* morreu, não seria eu a responsável por *desenterrá-la*. Não que eu tivesse força o suficiente para *ressuscitar* qualquer *ideia* com uma simples menção a ela, mas eu sabia que uma *ideia* pode voltar a *repercutir* se encontrar alguém disposto a fazê-lo, se houver motivos pertinentes e condições favoráveis à sua *repercussão*.

Se a consciência a respeito das *consequências* de cada pergunta formulada ou cada palavra proferida resulta de minha experiência etnográfica, ela não é um conhecimento de que os *malandros* são desprovidos. Pelo contrário, foi justamente observando os *ladrões* ao longo de muitos anos de pesquisa que aprendi minimamente a transitar por um mundo onde as *ideias* vivem, *repercutem*, se *fortalecem*, são *enterradas*, desativadas, *desenterradas*, um mundo onde do *cuidado com as pala-*

⁶ Os *debates*, no âmbito do PCC, podem ser definidos como embates de *ideias* divergentes a partir de uma *situação* (que por sua vez define-se como a apreensão, a partir de um ponto de vista, de um arranjo de movimentos). Sobre *debates*, ver também Feltran, 2010; Ferraz de Lima, 2015; Hirata, 2010, p.285; Marques, 2010.

vras depende a vida e a morte, o rumo dos movimentos e a força de *ideias*.

Dois dias depois de nos falarmos, Jair foi preso enquanto fazia um assalto. Chegou a circular na *quebrada* a *ideia* de que ele provocou sua própria prisão como forma de enterrar de vez aquela *ideia* em torno dos tiros que ele disparou nos predinhos. De certa forma, a *ideia* que ele se empenhou em fazer morrer voltou a *repercutir*, a viver. Mais uma vez, decidi não colaborar com essa *repercussão* e, portanto, não fazer perguntas.

Minha postura era condizente com duas precauções éticas que guiaram minha pesquisa. A primeira, que inclusive segue a recomendação do Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia⁷ (especialmente no que se refere à “garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado”), era evitar prejudicar as pessoas junto às quais realizei minha pesquisa, cuidando para que minhas descrições não fossem utilizadas pelo sistema de justiça e forças da segurança pública contra elas. Mas isso não bastava e por isso adotei uma segunda precaução ética, a de não prejudicar as pessoas que colaboravam com minha pesquisa perante outras que, com elas, compunham o *movimento*. Essa questão é muito bem colocada por Marques e Villela:

Assim, ao lado das observâncias da ética, a decisão entre o que publicar ou calar pode ter a ver com o reconhecimento de relações de poder envolvidas, na relação entre nativo e antropólogo, mas também dos nativos entre si, na generalidade dos trabalhos da disciplina. Poder ou autoridade não se concentram em apenas um lado da balança... (MARQUES; VILLELA, 2005, p.56).

Nesse sentido, para evitar que tivessem, por um lado, problemas com a justiça e, por outro, problemas com o *crime*, durante a escrita adotei estratégias que envolveram, por exemplo, o anonimato das pessoas e das *quebradas*, bem como a descaracterização de alguns acontecimentos. Esses cuidados, contudo, não se restringiram à fase de escrita. Eles foram tomados durante toda a realização da pesquisa, quando evitei, por exemplo, acompanhar qualquer atividade criminosa, expor os *erros* de um *malandro* aos outros, dar opiniões que pudessem prejudicar alguém ou, em casos como o de Jair, *repercutir* uma *ideia*. Afinal, da vida e morte das *ideias* pode depender a vida ou a morte de pessoas.

⁷ Disponível em <<http://www.abant.org.br/?code=3.1>>. Acesso em 22/06/2014.

Conhecimento (d)e considerações

Havia, contudo, um cuidado adicional que acompanhou toda a minha pesquisa, o de tentar controlar minimamente as considerações que meus interlocutores tinham sobre mim. Esse esforço estava atravessado pela minha condição de mulher pesquisando um universo majoritariamente povoado por homens e, sobretudo, pela minha experiência passada como visitante em prisões. Como explícito pormenorizadamente em outro lugar (BIONDI, 2010), a pesquisa de campo desenvolvida durante o mestrado foi, em sua maior parte, indissociável das visitas que eu fazia ao meu marido, nas unidades prisionais em que estive detido. A condição de visitante, por um lado, garantiu minha entrada nas unidades prisionais que pesquisava e, por outro, me colocou uma série de condições que trouxeram muitos rendimentos analíticos. Não que eu fosse alguém “de dentro”, uma antropóloga-nativa (NARAYAN, 1993) ou uma antropóloga half (ABU-LUGHOD, 1991). Ou mesmo que eu fazia self-ethnography (RAPPORT; OVERING, 2000; REED-DANAHAY, 1997). Afinal, nunca estive detida e nem eu e nem meu marido somos ou fomos membros do PCC. Mas inevitavelmente os visitantes (necessariamente parentes dos prisioneiros, de acordo com regulamento da administração penitenciária paulista) passam por experiências que se aproximam (embora bem remotamente) daquelas pelas quais passam os presos. Mais do que ouvir relatos sobre *sofrimento e humilhação*, pude experimentar essas sensações e entender melhor – para depois descrever – o que meus interlocutores me diziam. Essas minhas experiências constituíam ora material para análise, ora pano de fundo para outros materiais que eram coletados em pesquisa de campo. Muitas vezes, eram os materiais coletados em pesquisa de campo que serviam como pano de fundo para a análise dessas experiências. Assim, procurei transformar essa “afecção”, nos termos de Favret-Saada (2005), em um dispositivo metodológico que trouxe rendimentos para a pesquisa na medida em que permitiu “elaborar um certo saber posteriormente” (2005, p.157).

Algumas vezes me perguntaram como foi a experiência de ser uma mulher estudando homens em um ambiente conhecidamente machista. Uma das minhas respostas, que gostaria de reiterar aqui, está ligada ao meu esforço em levar a sério o que meus interlocutores me mostravam – e completo, agora –, ainda que isso me ferisse. Senti raiva, muita raiva, de várias situações que vivenciei em campo. Algumas vezes, cheguei a escrever com essa sensação. Mas na medida em que a escrita avançava, o ódio que senti em pesquisa de campo se transformava em um imenso prazer analítico. E isso vinha justamente junto com esse meu esforço em levar a sério aqueles homens sobre os quais eu desejava escrever, mesmo quando me feriam.

Para exemplificar essas ocasiões que me enfureceram, mas que me proporcionaram posterior prazer analítico, vou expor uma dessas situações. Antes,

porém, abordarei um dilema que surgiu com o início de minha pesquisa de doutorado, que tinha como foco o PCC nas ruas. Esse dilema dizia respeito a se eu deveria revelar minha condição de ex-visitante. Na época, realizei uma reflexão metodológica que abordava em profundidade as questões metodológicas da pesquisa ainda em fase inicial (BIONDI, 2011) e uma das questões levantadas ali e que retomarei a seguir dizia respeito justamente a essa indagação. Eu poderia deixar de falar para as pessoas sobre as quais eu gostaria de escrever que eu já havia vivido a experiência de visitar meu marido na prisão? Afinal, ocultar essa experiência possivelmente me liberaria de uma série de etiquetas que costumam ser requisitadas de uma companheira de preso ou ex-preso e, conseqüentemente, do tipo de irritações vivenciadas durante a pesquisa anterior. No entanto, se com a continuidade da pesquisa e do contato com alguns interlocutores essa informação viesse à tona, tanto meu marido quanto eu poderíamos sofrer *consequências*.

Essas *consequências* não constituiriam sanções físicas, mas diriam respeito à *consideração* que meu interlocutores teriam por mim. É importante destacar que, como destaca Marques (2014), o *crime* consiste justamente em atualizações de “considerações” sobre ter e não ter *proceder*. Uma das qualidades que costumam ser bem consideradas no *crime* é a *transparência*, é não esconder informações relevantes para a configuração das próprias considerações. Indubitavelmente, a experiência como visitante em uma prisão é um ingrediente importante para a formação das considerações, principalmente conjugada à maneira como a pessoa que viveu essa experiência se comporta. Pressupõe-se, nesses casos, que a pessoa *tem uma visão* sobre o *crime*, quer dizer, sabe como as coisas funcionam. Por isso, espera-se um comportamento condizente com essa *visão*, que expresse cuidado com relação às considerações que possam ser lançadas sobre ela. Nesse sentido, ocultar minha experiência passada traria sérias *consequências* para minha pesquisa.

Basta refletirmos sobre que tipo de material pode ser coletado por alguém que, aos olhos dos nativos, é uma figura repugnante. No caso do meu objeto de pesquisa, o que se daria a conhecer, por exemplo, a um *cagueta*⁸? Que tratamento dispensariam a um(a) *talarico*(a)⁹? Considerando casos menos extremos, qual a relação estabelecida com aqueles que não os tratam *de igual*¹⁰? E com aquele que se mostra *simpático*¹¹? No meu caso, deixar de me importar com as “considerações” a serem lançadas sobre mim seria ainda mais grave. Afinal, não se

⁸ Derivado de alcaguete, *cagueta* é a maneira como meus interlocutores chamam os delatores.

⁹ *Talarico* é aquele que assedia a companheira de outro ou aquela que assedia o companheiro de outra.

¹⁰ Sobre a importância da Igualdade no PCC, ver Biondi (2010).

¹¹ *Simpático* é aquele que não forma opinião própria, mas é também o que direciona seus esforços para agradar alguém (e não para construir sua própria reputação).

trataria mais de um possível desconhecimento, mas de uma desconsideração da “consideração” deles, que pode ser vista como uma afronta. É importante deixar claro, contudo, que essa não é uma especificidade de quem já viveu experiências próximas às das pessoas que estuda. Afinal, conhecer as avaliações que fazem, saber como se dão as “considerações” é tarefa do antropólogo, que em campo não é, de forma alguma, imune a elas. E aqui sua própria capacidade como pesquisador pode ser questionada: “que antropólogo é esse, que vem aqui, estuda, estuda e estuda a gente, e não aprende nada?”. O que é específico no meu caso é que já se espera, de início, alguma familiaridade com o modo como as coisas funcionam no *mundo do crime*. Os cuidados anunciados na primeira parte do artigo também diziam respeito, portanto, aos aqui expostos. O cuidado com a gestão das ideias quer dizer que eu algo sabia sobre o modo como aquelas pessoas conduzem suas vidas. E essa *visão* é, também, alvo de “considerações”.

No entanto, revelar meu passado como visitante também trouxe consequências para a pesquisa. Mais de uma vez, por meio de perguntas e comentários indiretos, me senti questionada (e em certo sentido criticada) quanto ao que a companheira de um ex-presos estava fazendo, desacompanhada, no meio da *malandragem*. Nessas ocasiões, procurava explicar algo sobre o meu trabalho, sobre a relação de confiança entre meu companheiro e eu. Embora eu compreendesse que, para eles, aquela era uma situação por vezes incômoda e um tanto estranha, esses questionamentos me irritavam demasiadamente e, em ocasiões nas quais eles foram explícitos, reagi com energia, talvez desproporcionalmente.

Isso ocorreu quando desenvolvia pesquisa de campo na Favela Cadência e decidi falar com alguns *irmãos* do Jardim Refrão, *quebrada* vizinha, para que eu pudesse estender minha pesquisa para lá. Tive dificuldades em levar essa *ideia* adiante e, certa vez, fui me queixar com Diogo, um desses *irmãos*, por eles não estarem “dando uma atenção” para mim. Chegamos a discutir e, em determinado momento, Diogo me disse:

- Você tem que chegar onde é pra chegar.
- Pois é disso que eu preciso: chegar em quem tenho que chegar. É por isso que estou aqui falando com você. Preciso que você me dê uma atenção e me ajude a chegar em quem eu tenho que chegar – falei.
- Então, nesse caso, você tem que falar com o seu marido. Ou fala pra ele vir aqui. Ele deve ter um conhecimento.

Na ocasião, me senti ofendida por ter entendido sua fala como a evocação de um corte de gênero, expressei minha indignação e declarei, aos brados, a interrupção de qualquer diálogo com ele. Encerrei, com isso, as possibilidades de pesquisa naquela *quebrada*. Afinal, se eu me senti ofendida com o que ele

disse, ele certamente também se sentiu ultrajado por eu ter gritado com ele em público. Avaliei que não convinha insistir na pesquisa ali, por um lado, por me sentir em risco diante das possíveis *consequências* de minha reação e, por outro, para não prejudicá-lo caso as consequências por ter me ofendido recaíssem sobre ele. Tratava-se de uma situação na qual um embate estava dado e, perante ela, procurei me esforçar em fazer aquela *ideia* morrer, usando uma das táticas que aprendi com os *malandros*: “quem não é visto, não é lembrado”.

Posteriormente, contudo, revendo meu material etnográfico, pude extrair de sua fala a centralidade da noção de *conhecimento*, que apareceu em várias outras ocasiões durante minha pesquisa. Para os *malandros*, o termo *conhecimento* nem sempre tem a ver com a obtenção de informações, a construção de saberes, com a compreensão ou o entendimento de algo. Também não remete, sempre, à separação de um sujeito do conhecimento e um objeto a ser conhecido ou compreendido. Na maior parte das vezes, na *malandragem*, ter um *conhecimento* é estar conectado a muitos outros *ladrões*, é nutrir relações com um grande contingente de *malandros*. Nesses termos, a fala do *irmão* Diogo, mais do que impor um corte de gênero, sugeria que, se meu marido havia *tirado uns dias*, ele teria *um conhecimento*. Afinal, só se tem *conhecimento* a partir do interior do *corre* e a minha distância com relação ao *mundo do crime* era muito evidente para aquele *irmão*.

Esse sentido de *conhecimento* está relacionado às conexões estabelecidas de modo a dispor do número mais amplo possível de meios pelos quais se pode fazer as *ideias* fluírem. Diz respeito, assim, a ter conexões que permitam não só levar a *ideia* adiante como, principalmente, conferir um rumo adequado ao movimento que ela carrega. E conferir um rumo adequado é saber “chegar em quem tem que chegar”. Esta é outra noção central que apareceu na fala de Diogo. Em um primeiro momento, pensa-se que chegar no topo da suposta hierarquia do PCC é ter chegado onde se deve chegar para resolver qualquer *situação*. Entretanto, não é bem isso o que ocorre. Isso porque, entre outras coisas, há ocasiões em que uma sabedoria acerca do *ritmo* local é decisiva para se “tomar qualquer atitude”. Nelas, o *malandro* em quem se tem que chegar não é, necessariamente, alguém que ocupa uma posição de *responso* (o que, de acordo com a visão hegemônica sobre o PCC, é uma posição privilegiada hierarquicamente), mas aquele que, além de ter *uma visão*, tem nesse campo de visão os movimentos que formam a *situação* debatida.

Talvez eu pudesse aprender ainda mais com o *irmão* Diogo, caso eu não tivesse reagido da forma como o fiz à sua fala e encerrado as possibilidades de pesquisa naquela *quebrada*. Talvez não (como saber?). Mas certamente eu não teria extraído o desenvolvimento analítico que expus suscintamente acima se eu optasse por denunciar o machismo de sua fala e, assim, encerrar a análise da mesma forma como encerrei a conversa. Ademais, o tratamento que ofereci (fugindo de um denunciamento) foi coerente com a postura que procurei manter

durante a pesquisa e a escrita, bem como com as precauções éticas que adotei.

* * *

Se no decorrer de minha pesquisa eu tinha minhas precauções éticas muito nítidas e firmes, elas não eram acompanhadas pelo discernimento analítico que só se deu durante a fase de escrita. Em alguns momentos eu pensava até que não estava, ainda, fazendo pesquisa, quanto mais no interior do movimento. Mas a escrita e meus posicionamentos éticos, metodológicos, analíticos e epistemológicos, me levaram a trazer essas dinâmicas para primeiro plano, de forma que o PCC por mim descrito, a partir do interior do movimento, fosse mais um método de se conduzir a vida do que uma forma. As questões (que chamarei aqui de) pragmático-metodológicas da pesquisa, portando, me colocaram questões teórico-metodológicas. E isso se deu quando o pragmatismo do planejamento da pesquisa, de como se chegar e se estabelecer em campo, se encontrou com o método praticado pelos meus interlocutores para conduzir suas vidas (e aqui eu acredito que já não posso fazer uma distinção entre pragmatismo e teoria). Disso resultou que o livro publicado a partir dessa pesquisa, longe de descrever formatos, se dedicou a modos de fazer: o fazer-PCC e o fazer-etnografia.

Referências Bibliográficas

- ABU-LUGHOD, Lila. "Writing against culture". In: FOX, Richard. *Recapturing Anthropology: Working in the Present*. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 1991, p.137-62.
- ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. "Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC". *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 21, n.61. 2007, p. 7-29.
- AQUINO, Jania Perla de. *Príncipes e Castelos de Areia: Um estudo da Performance nos Grandes Roubos*. São Paulo: Biblioteca24x7, 2010.
- BIONDI, Karina. *Junto e Misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- _____. "Um mundo de considerações: alguns apontamentos sobre relações de força no trabalho de campo". In: *Violência e dilemas civilizatórios: as práticas de punição e extermínio*. Campinas: Pontes Editores, 2011, p.129-146.
- _____. *Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.
- BOLDRIN, Guilherme Ramos. *Desejo e separação: monas, gays e envolvidos num presídio em São Paulo*. Dissertação de mestrado em Antropologia. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2017.
- CANO, Ignácio; ALVADIA, Alberto. *Análise dos Impactos dos Ataques do PCC em*

- São Paulo em Maio de 2006*. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ), 2008.
- CARNEIRO, Leandro Piquet. 2010. “A Sedução do PCC”. *Jornal Estado de São Paulo*, São Paulo, pp. J5, 02 de maio de 2010.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. (Tese) - Doutorado em Sociologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011
- FAVRET-SAADA, Jeanne. “Serafetado”, de Jeanne Favret-Saada. Tradução de Paula Siqueira. *Cadernos de Campo*, nº 13, 2005, pp. 155-161.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. “Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo”. *Caderno CRH*. Vol. 23, nº 58, 2010, p. 59-73.
- FERRAZDELIMA, Jacqueline Stefanny.. *Mulher Fiel: Etnografia do amor nas prisões do PCC*. São Paulo: Alameda, 2015.
- GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. Tese de doutorado. São Paulo, 2015.
- GRILLO, Carolina Christoph. *Coisas da Vida no Crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas*. Tese de Doutorado em Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. (Tese) – Doutorado em Sociologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina Christoph. “Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro Perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro”. *Tempo Social*, vol.29, n.2. 2017, pp.75-97.
- KING, ROY D.; VALENSIA, Bruna. “Power, Control, and Symbiosis in Brazilian Prisons”. *South Atlantic Quarterly*. Vol. 113, no 3. 2014, pp. 503-528.
- LESSING, Benjamin.. “How to build a criminal empire from behind bars: Prison gangs and projection of power”. 2014. Disponível em: http://www.iza.org/conference_files/riskon_omics2014/lessing_b9947.pdf. Acesso em 27/09/2017.
- MALLART, Fábio. *Cadeias Dominadas: A Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- MALVASI, Paulo Artur. *Interfaces da vida loka – um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. (Tese) - Doutorado em Saúde Pública. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2012.
- MANSO, Bruno Paes. *Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1996 e 2010: Uma análise dos mecanismos de escolha homicida e das carreiras no crime*. (Tese) Doutorado em Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

- MARQUES, Adalton. “Um ‘debate’ sobre o estado de ‘isento’ no Primeiro Comando da Capital. Paper apresentado na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia. 2010
- _____. *Crime e proceder: um experimento antropológico*. São Paulo: Alameda, 2014.
- MARQUES, Ana Claudia Duarte Rocha; VILLELA, Jorge Luiz Mattar. “O que sediz, o que se escreve”. *Revista de Antropologia*. Vol. 48, nº 1. 2005, p. 37-74.
- NARAYAN, Kirin.. “How Native Is a ‘Native’ Anthropologist?”. *American Anthropologist*. Vol. 95, nº 3, 1993, p. 671-686.
- RAPPORT, Nigel; OVERING, Joanna. *Social and cultural anthropology: the key concepts*. London: Routledge, 2000.
- REED-DANAHAY, Deborah (ed.). *Auto/Ethnography: Rewriting the Self and the Social*. Oxford and New York: Berg Publisher, 1997.
- STOCKING, George. *The Ethnographer’s Magic and Other Essays in the History of Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 1992.
- TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel. 2010. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. In: *Tempo Social*, 22(2), pp. 39-59.
- WILLIS, Graham Denyer. *The Killing Consensus: Police, Organized Crime, and the Regulation of Life and Death in Urban Brazil*. Califórnia: University of California Press, 2015.

autora **Karina Biondi**

É bacharela em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, mestre e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente, é Professora Adjunta na Universidade Estadual do Maranhão.

Recebido em 01/02/2018

Aceito para publicação em 20/03/2018